

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2011



FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

ÍNDICE

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	3
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
Enquadramento Económico e de Mercado.....	4
Evolução da Actividade e Resultados.....	5
Proposta de Aplicação de Resultados	6
Informações Complementares	6
Perspectivas para 2012	6
Notas Finais	6
3. ANEXOS	8
Anexo I - Declaração de Política de Remuneração	8
Anexo II - Posição Accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	10
Anexo III - Participações de accionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais	10
Anexo IV- Documentos de Prestação das Contas e de Fiscalização e Auditoria.....	10

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa
Ana Leonor do Carmo Carlos Monteiro

Presidente
Secretário

Conselho de Administração

Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho
Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho
Carla Andreia Duarte Silva

Presidente
Vogal
Vogal

Fiscal Único

Efectivo:

Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda

Suplente:

Carlos Alberto Domingues Ferraz

2. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento Económico e de Mercado

2011 foi um ano em que os principais Índices Mundiais de acções caíram. Foram vários os factores para que isto acontecesse. A Ásia foi abalada pelo terramoto e o tsunami no Japão, e as cheias que assolaram o Sudoeste Asiático. Na Europa, tivemos a crise da dívida soberana a intensificar-se. Portugal precisou de um resgate financeiro por parte do BCE, e a pressão nas Yields de algumas das economias da Zona Euro intensificou-se, como foi o caso da Itália, Espanha ou França. Nos EUA assistimos à descida do Rating da dívida Norte-Americana por parte da S&P, de AAA para AA+. Neste contexto os principais índices bolsistas Europeus fecharam o ano em queda: PSI20 fechou o ano a cair 27,6%, o DAX com -14,49% e o CAC com -16,95%. Nem os Mercados emergentes escaparam a esta tendência tendo o Bovespa caído 18,11% e o Hang Seng fechado com -19,97%. Os EUA fecharam mistos, com o Nasdaq a cair (-1,8%) e o Dow Jones a subir 5,53%.

No contexto da crise económica vivida e com os efeitos da implementação de medidas de austeridade a fazerem-se sentir na economia real, o PIB Português recuou (-1,6%) durante o ano de 2011. No caso da UE a economia cresceu apenas 1,4%, e a economia Brasileira 2,76%. Numa altura em que a Europa e os EUA se viam a braços com a sua dívida, parte da solução passa necessariamente pelo corte dos gastos, o que levou a uma contracção económica. O produto e o consumo diminuíram, e o desemprego aumentou, como consequência do combate ao sobre-endividamento soberano.

As principais economias mundiais tentaram reagir a esta contracção económica implementando medidas de estímulo à economia. Nos EUA houve o QE2 (Quantitative Easing 2) e na Europa houve os LTRO (Long Term Refinancing Operations). As taxas de juro de referência foram reduzidas para mínimos históricos e mais dinheiro foi introduzido em circulação. Mas estes estímulos ao crescimento económico não têm sido suficientes para compensar os efeitos do abrupto processo de desalavancagem em curso, sobretudo na Europa. Desta forma para 2012 espera-se uma contracção económica na Zona Euro, na casa dos (-0,4%), segundo o BCE. Já Portugal espera enfrentar uma contracção económica na casa dos (-3,3%) depois do desemprego ter atingido valores recorde durante o último ano. Será preciso observar como a Europa enfrentará a crise da dívida soberana, com a confiança na dívida destes países a ter caído para mínimos. Será também interessante analisar como as principais economias enfrentarão as ameaças de inflação, tendo em conta as principais medidas a implementar para estímulo à economia. O preço das "commodities" deverá subir durante o próximo ano devido ao aumento da procura por parte de mercados emergentes, o que será mais um factor a pressionar a alta da inflação.

Evolução da Actividade e Resultados

Após a bem sucedida implementação do plano de negócios definido para 2010, incluindo:

- i) o alargamento do leque de activos transacionados para os CFDs (contracts for difference), um derivado com crescente procura devido à sua elevada flexibilidade, variedade de activos subjacentes, alavancagem e possibilidade de posições curtas e longas;
- ii) a entrada da Fincor no mercado de intermediação de dívida pública e privada, permitindo aos nossos clientes encontrar o investimento mais adequado aos seus objectivos e executá-lo aos melhores preços de mercado;
- iii) a entrada da Fincor no mercado cambial, completando assim a gama de activos financeiros oferecidos aos nossos clientes, sempre com o rigor e isenção do aconselhamento prestado por uma sociedade corretora independente.

A sociedade concentrou-se na dinamização das várias áreas de negócios, através de importantes iniciativas:

- i) esforço comercial de angariação de novos clientes;
- ii) desenvolvimento da plataforma de negociação para uma versão mais fácil de utilizar, mais completa em termos de classes de activos disponíveis e mais eficiente ao nível da gestão de saldos financeiros;
- iii) redução dos custos variáveis de negociação, permitindo praticar preços mais competitivos e assim facilitar o trabalho comercial desenvolvido.

Em matéria de gestão de riscos, foi dada continuidade ao extenso trabalho iniciado em 2010 de actualização de procedimentos ao nível operacional e de controlo interno, para adequar a estrutura e procedimentos da sociedade à actividade desenvolvida mitigando, por um lado, a gestão de riscos, e por outro melhorando a eficiência do serviço prestado aos clientes.

O trabalho desenvolvido ao longo do ano 2011 permitiu à Fincor crescer cerca de 56% em termos de comissões de intermediação líquidas, trabalhando actualmente com uma base de clientes significativamente mais ampla e diversificada. A nível de custos foi feito um trabalho significativo de contenção, que permitiu que, apesar do significativo aumento do volume de negócios acima mencionado, os custos com pessoal e FSEs não aumentassem mais do que 11%. No entanto, uma provisão por valores a receber do Grupo BPN levou a que o Resultado Líquido do Exercício fosse negativo na ordem dos Euros 681.000.

Do resultado do exercício, constata-se que metade do capital social se encontra perdido. Foi também detectado que o rácio de solvabilidade se encontra abaixo do valor mínimo exigido. A administração irá por isso prontamente informar o accionista único da situação para que este possa tomar as medidas que julgue necessárias. No entanto, com base na evolução da actividade operacional da sociedade no primeiro trimestre de 2012, a administração está confiante de que esta situação ficará resolvida a curto prazo fruto dos resultados previstos para o ano de 2012.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f), do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o prejuízo do exercício, no montante de Euros 681.255,04, seja transferido para Resultados Transitados.

Informações Complementares

Durante o exercício de 2011 não ocorreram quaisquer factos adicionais que mereçam nota de destaque, não tendo havido qualquer aquisição ou alienação de acções próprias durante o exercício.

De referir ainda que nos primeiros meses de 2012, e até à data do presente relatório, não ocorreram factos materialmente relevantes que devam ser aqui reflectidos nas demonstrações financeiras ou de outro modo.

Perspectivas para 2012

Sendo 2012 um ano de profundas reformas a nível do Estado e da Economia, com forte incidência na contenção orçamental e medidas de austeridade com o objectivo de alinhar as contas públicas com as principais metas propostas pela EU, continuaremos a assistir seguramente à contracção da actividade económica nacional iniciada em 2011.

Torna-se assim cada vez maior o desafio de manutenção do crescimento e desenvolvimento do negócio da Fincor a que a Patris Investimentos se propôs. Preparados para o desafio iremos, durante o ano de 2012, dar continuidade ao esforço desenvolvido ao longo de 2011, com base numa equipa forte e motivada com capacidade de adaptação às novas realidades de mercado e que se propõe alcançar os seguintes objectivos em 2012:

- i) dinamizar as actuais áreas de negócio;
- ii) alargar os canais de distribuição;
- iii) potenciar sinergias abrindo novas áreas de negócio.

Notas Finais

Por último uma nota de agradecimento pela confiança merecida pelos nossos clientes, pelo esforço e dedicação dos colaboradores e órgãos sociais e pelo apoio e orientação estratégica do accionista único, Patris Investimentos, SGPS.

Lisboa, 7 de Março de 2012



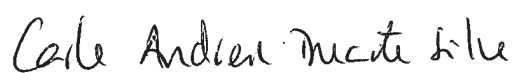
Handwritten signature, likely of the representative of Patris Investimentos, SGPS.

O Conselho de Administração,


Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho (Presidente)



Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho (Vogal)



Carla Andreia Duarte Silva (Vogal)

3. ANEXOS

Anexo I - Declaração de Política de Remuneração

Tendo em consideração a publicação da Lei n.º 88/2011, do Aviso n.º 10/2011, a Fincor definiu uma política de remuneração, consubstanciada nos números seguintes:

1. O Conselho de Administração é não remunerado, conforme acta nr. 25 datada de 04 de Setembro de 2009. Os Colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual com a Sociedade, poderão beneficiar, para além de remuneração fixa, de remuneração variável. Não beneficiam desta os membros da Mesa da Assembleia-Geral e o Fiscal Único.
2. A remuneração fixa dos colaboradores está definida pelos respectivos contratos de trabalho, não beneficiando, nesta data, de qualquer regime complementar de pensões nem de outros benefícios não pecuniários.
3. O montante global da remuneração variável atribuído a Colaboradores é decidido anualmente pelo Conselho de Administração, cabendo também a este órgão as decisões de alteração das parcelas de remuneração variável diferida ou de consubstanciação dessa remuneração variável em instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade, como previsto nos pontos 6 e 8 em baixo.
4. A remuneração variável a atribuir a cada elemento terá em conta os seguintes elementos:
 - a sua avaliação de desempenho;
 - a sua contribuição efectiva para alcançar os objectivos; e
 - os resultados da Fincor e o valor acrescentado que este registou no exercício.

Compete ao Conselho de Administração, juntamente com a respectiva Hierarquia, a avaliação dos colaboradores, com base em objectivos, qualitativos e quantitativos, previamente discutidos com cada colaborador. A avaliação tem ainda em conta, entre outros critérios, a observância da Legislação e de outro normativo, o controlo de diversos riscos inerentes às respectivas funções e o relacionamento com os clientes (externos e internos).

5. Os trabalhadores que exerçam funções de controlo, nomeadamente, compliance, gestão de riscos e auditoria interna, são remunerados de acordo com a prossecução dos objectivos associados às suas funções e da relevância destas, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo.

6. A remuneração variável relativa ao ano "n-1" terá o seu pagamento no ano "n". Caso a remuneração variável anual exceda 14 salários brutos mensais, o seu pagamento poderá ser feito em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais, consecutivas, a distribuir ao longo de 3 anos, cabendo ao Conselho de Administração a decisão final com base na seguinte tabela indicativa:

AR
b

Remuneração Variável (em número de salários brutos mensais)	Diferimento do total da remuneração variável atribuída no ano1/ano2/ano3 (cujo pagamento pode ser trimestral, semestral ou anual, respeitando sempre os totais anuais definidos pelo Conselho de Administração)
>14	60%/20%/20%
>28	50%/25%/25%
>42	40%/30%/30%
>56 (sujeito a um máximo indicativo de 70)	33,3%/33,3%/33,3%

O pagamento da remuneração variável atribuída, terá lugar após a realização, em cada ano, da Assembleia Geral Ordinária. Face aos resultados, à performance e aos indicadores de actividade alcançados em qualquer dos dois anos subsequentes à atribuição da remuneração variável, o Conselho de Administração poderá cancelar ou reduzir o pagamento de qualquer das parcelas ainda não paga. Esse cancelamento ou redução pode ser discricionário, não tendo que abranger a totalidade dos colaboradores. Qualquer parcela atribuída mas ainda não paga cancela-se obrigatoriamente em caso de despedimento por justa causa ou por acordo, ou em caso de saída do colaborador.

7. A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é determinada caso a caso pelo accionista, e inclui uma componente variável em função da performance individual do administrador e do valor criado para o accionista, dos resultados alcançados e do risco assumido. Esta componente variável deverá incluir, salvo excepções devidamente justificadas, acções da Fincor, que não poderão ser alienadas até ao final do mandato em curso.

8. Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Artigo 403º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, não excederá o montante das remunerações que presumivelmente aquele receberia até ao final do mandato. Não existe qualquer acordo entre a Fincor e os titulares dos órgãos de administração que preveja a atribuição de indemnização em caso de renúncia ou destituição de administrador.

9. A Fincor reserva-se o direito de, por deliberação do Conselho de Administração, poder consubstanciar, no todo ou em parte, a remuneração variável, em instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição, tais como acções da própria Fincor ou opções de aquisição daquelas, em termos que regulará oportunamente, se for esse o caso.

10. A política de remuneração é avaliada pelo menos uma vez por ano pelos órgãos de controlo da Fincor, nomeadamente Compliance, Gestão de Riscos e Auditoria Interna, os quais se articularão entre si para esse efeito e cujo relatório será apresentado ao Conselho de Administração. O documento de política de remuneração é apresentado à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade e, nos termos legais, é divulgada no site da Fincor, nos

Handwritten signature and initials, possibly "ASL" and "6", located in the bottom right corner of the page.

aspectos a que for obrigado, bem como constará no Relatório e Contas do Exercício. Ainda de Acordo com o Aviso n.º 10/2011, a declaração da Administração sobre a conformidade da política de remuneração será remetida ao Banco de Portugal, integrada no Relatório de Controlo Interno.

11. No último ano verificou-se uma total conformidade, sem excepções, das remunerações auferidas pelos colaboradores da Fincor com a política de remunerações existente.

Anexo II - Posição Accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Para efeitos do artigo 447º do Código das sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2011, era a seguinte:

- Nenhum membro dos órgãos sociais detinha acções da empresa em 31 de Dezembro de 2011 nem transaccionou acções da empresa em 2011.

Anexo III - Participações de accionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Participações de accionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:


- Accionistas com pelo menos metade do capital social:

Patris Investimentos, SGPS, S.A.

Anexo IV- Documentos de Prestação das Contas e de Fiscalização e Auditoria

Documentos de Prestação das Contas

1. Balanços em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
2. Demonstração de Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
4. Demonstrações do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
6. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010



Documentos de Fiscalização e Auditoria

1. Certificação Legal das Contas
2. Parecer do Fiscal Único

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Ase' followed by a stylized flourish.



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Castilho No. 44, 4o, 1250-071 Lisboa

Contribuinte: 502905590 - Mat. Cons.Reg. Com. Lisboa: 3507

Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas	31-12-2011		31-12-2010		Passivo e Capital Próprio	Notas	31-12-2011	31-12-2010
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	1	-	1	375	Provisões	12	50	30
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	569	-	569	421	Passivos por impostos correntes	10	18	13
Activos financeiros disponíveis para venda	5	15	-	15	20	Passivos por impostos diferidos	10	1	1
Apliações em instituições de crédito	6	37	-	37	7	Outros passivos	13	10.931	14.430
Outros activos tangíveis	7	1.461	1.372	89	139	Total do Passivo		11.001	14.474
Activos intangíveis	8	34	27	7	16	Capital	14	1.724	1.300
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	9	5	-	5	5	Outros instrumentos de capital	14	-	424
Activos por impostos correntes	10	27	-	27	77	Reservas de reavaliação	15	(7)	(2)
Activos por impostos diferidos	10	176	-	176	-	Outras reservas e resultados transitados	15	(813)	(1.113)
Outros activos	11/12	11.087	791	10.296	14.323	Resultado do exercício	15	(681)	300
TOTAL DO ACTIVO		13.414	2.190	11.224	15.383	Total do Capital Próprio		223	909
						TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL		11.224	15.383

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Luís António Duarte Silva

Red NUTA

Celso António Duarte Silva

Luís António Duarte Silva



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Castilho No. 44, 4o, 1250-071 Lisboa
 Contribuinte: 502905590 - Mat. Cons.Reg.Com.Lisboa: 3507
 Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Juros e rendimentos similares	17	-	1
Juros e encargos similares	18	(5)	-
Margem financeira		(5)	1
Rendimentos de serviços e comissões	19	2.747	1.662
Encargos com serviços e comissões	19	(1.263)	(746)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	3	3	(3)
Outros resultados de exploração	21	(151)	849
Produto bancário		1.331	1.763
Custos com pessoal	22	(347)	(360)
Gastos gerais administrativos	23	(1.083)	(933)
Amortizações do exercício	7/8	(53)	(37)
Provisões líquidas de reposições e anulações	12	(687)	-
Resultado antes de impostos		(839)	433
Impostos			
Correntes	24	(18)	(14)
Diferidos	24	176	(119)
Resultado líquido do exercício		(681)	300
Numero de acções		260.522	260.522
Resultados por acção		(0,0026)	0,0012

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Luís da Silva

Luís da Silva

Red NCTA

Ced. Andreu Mesteira



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Castilho No. 44, 4o. 1250-071 Lisboa

Contribuinte: 502905590 - Mat. Cons. Reg. Com. Lisboa: 3507

Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010**
(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados		Resultado líquido do exercício	Total
					Outras reservas	Resultados transitados		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.300	-	-	170	-	(920)	(362)	187
Alterações no período:								
Aplicação do lucro do exercício de 2009	-	-	-	-	-	(362)	362	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	424	-	-	-	-	-	424
Conversão de suprimentos em prestações suplementares de capital	-	-	(2)	-	-	-	300	298
Rendimento integral de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.300	424	(2)	170	-	(1.283)	300	909
Alterações no período:								
Aplicação do lucro do exercício de 2010	-	-	-	30	-	270	(300)	-
Transferência para reservas e resultados transitados	424	(424)	-	-	-	-	-	-
Conversão de prestações acessórias de capital	-	-	(5)	-	-	-	(681)	(686)
Rendimento integral de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.724	-	(7)	200	-	(1.013)	(681)	223

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Luís de Silva

*Luís de Sousa Coutinho
Pedro C. A.*

Carle Andra Duarte Silva



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Castilho No. 44, 4o, 1250-071 Lisboa

Contribuinte: 502905590 - Mat. Cons. Reg. Com. Lisboa: 3507

Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010

(Montantes expressos em Euros)

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	(681)	300
Activos financeiros disponíveis para venda		
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(5)	(2)
Rendimento integral de 2011	<u>(686)</u>	<u>298</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Luanda Silva

Luanda Silva
Redutora

Cete Andren Inverte filu

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Castilho No. 44, 4o, 1250-071 Lisboa

Contribuinte: 502905590 - Mat.Cons.Reg.Com.Lisboa: 3507

Capital Social: Euros 1 723 905,28 (integralmente realizado)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	2.748	1.663
Pagamento de juros e comissões	(1.268)	(746)
Pagamento a pessoal e fornecedores	(1.481)	(677)
(Pagamento) / Recebimento de imposto sobre o rendimento	15	(4)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	(41)	(3)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacion	(26)	233
(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais		
Activos financeiros disponíveis para venda	4	21
Aplicações em instituições de crédito	(30)	260
Outros activos e outras contas de regularização	(172)	168
	(198)	449
Caixa líquida das actividades operacionais	(224)	682
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis	(2)	(129)
Caixa líquida das actividades de investimento	(2)	(129)
Varição líquida em caixa e equivalentes	(226)	553
Caixa e equivalentes no início do período	796	243
Caixa e equivalentes no fim do período	570	796

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Luis da Silva

*Com. de Administração
Pedro Almeida*

Ce. de André Morte Hilo

R
Ass / fe
Linha

NOTA INTRODUTÓRIA

A Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (Fincor ou Sociedade) foi constituída por escritura pública em 3 de Novembro de 1992. A sede da sociedade situa-se na Rua Castilho, 44 – 4º Andar, em Lisboa.

A Sociedade tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às sociedades corretoras, de acordo com o disposto no Decreto – Lei n.º 229/88, de 4 de Julho, bem como o Decreto – Lei n.º 262/2001.

Aquando a sua constituição, a Sociedade estava unicamente vocacionada para o segmento de clientes institucionais, tendo alargado a sua actividade ao segmento dos particulares em 1995. No mesmo ano foi efectuado o lançamento da primeira Loja de Investidores como espaço destinado ao acompanhamento dos mercados de capitais. Existem neste momento 6 lojas em Portugal.

A Sociedade integra o Grupo Patris e é detida directamente em 100%. Em 20 de Julho de 2009, a Patris Investimentos, SGPS, S.A., adquiriu à Fincor SGPS, S.A., a totalidade do capital social (Nota 13).

1. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere aos activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Em 2006, a Sociedade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

A 30-12-2011 os câmbios das moedas em utilização pela Sociedade são como segue:

31.12.2011	
Moeda	Taxa de câmbio
Libra Esterlina	0,8353
Coroa Sueca	8,912
Franco Suiço	1,2156
Dólar dos Estados Unidos	1,2939
Corao Dinamarquesa	7,4342
Coroa Norueguesa	7,754

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

c) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

d) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como



investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

iii) Outros instrumentos de capital

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica correspondia integralmente a prestações suplementares de capital. As prestações suplementares de capital só podem ser restituídas por deliberação do Conselho de Administração e após aprovação em Assembleia Geral e se verificadas as condições previstas na legislação para a sua restituição, isto é, o capital próprio não poderá ficar inferior ao da soma do capital social e da reserva legal. As prestações suplementares não são remuneradas.

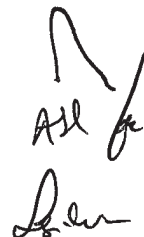
Em Junho de 2011, foi deliberado e aprovado aumentar o capital da Sociedade mediante a conversão por incorporação das prestações acessórias de capital.

e) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 10



As despesas em edifícios arrendados são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

f) Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica as despesas com o software adquirido, nos casos em que o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

Os custos subsequentes com os activos intangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios.

g) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face nomeadamente, riscos fiscais, processos judiciais e outros a riscos específicos decorrentes da actividade da Fincor, de acordo com o IAS 37 (Nota 11).

h) Impostos sobre os lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

A principal estimativa utilizada refere-se aos Impostos. O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Caixa	<u>1</u>	<u>375</u>
	<u>1</u>	<u>375</u>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	455	387
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	<u>114</u>	<u>34</u>
	<u>569</u>	<u>421</u>

Os Depósitos à ordem em instituições de crédito, apresentam o seguinte detalhe por contraparte:

	<u>31-12-2011</u>
Em instituições no País	
Banco Português de Negócios	432
Banco Espírito Santo	15
Outros	<u>8</u>
	<u>455</u>
Em instituições no estrangeiro	
MF Global	<u>114</u>
	<u>114</u>
	<u>569</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Al
De

Em 31 de Outubro de 2011, a instituição de crédito no estrangeiro, MF Global, entregou o pedido de insolvência às autoridades competentes do Reino Unido. No entender quer da Administração da Fincor, quer dos seus advogados, existem fortes bases para crer que os valores dos clientes serão recuperados, sem que daí resulte qualquer responsabilidade adicional para a Fincor.

Em 31 de Dezembro de 2011, os Depósitos à ordem eram determinados por moeda de acordo com as seguintes percentagens:

<u>31-12-2011</u>	
EUR	82%
USD	16%
Outros	2%

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>Taxa de juro</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Juros a receber</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Valor de Balanço</u>
Instrumento de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 05/11/2010	3,35%	21	-	(6)	15
		<u>21</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>15</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>Taxa de juro</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Juros a receber</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Valor de Balanço</u>
Instrumento de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 05/11/2010	3,35%	21	1	(2)	20
		<u>21</u>	<u>1</u>	<u>(2)</u>	<u>20</u>

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO:

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	37	7
	<u>37</u>	<u>7</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2011							
	31-12-2010			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2011		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis								
Imóveis								
Despesas em edifícios arrendado:	172	(170)	2	-	-	172	(170)	2
	<u>172</u>	<u>(170)</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>172</u>	<u>(170)</u>	<u>2</u>
Equipamento								
Mobiliário e material	141	(131)	10	1	(3)	142	(134)	8
Máquinas e ferramentas	37	(36)	1	-	-	37	(36)	1
Equipamento informático	620	(521)	99	-	(38)	612	(558)	54
Instalações interiores	347	(324)	23	-	(1)	347	(325)	22
Material de transporte	10	(7)	3	-	(1)	10	(8)	2
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	4	(3)	1	1	(1)	5	(4)	1
	<u>1.170</u>	<u>(1.033)</u>	<u>137</u>	<u>2</u>	<u>(44)</u>	<u>1.163</u>	<u>(1.076)</u>	<u>87</u>
Outros activos fixos tangíveis								
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	126	(126)	-
Total Activos tangíveis	<u>1.468</u>	<u>(1.329)</u>	<u>139</u>	<u>2</u>	<u>(44)</u>	<u>1.461</u>	<u>(1.372)</u>	<u>89</u>

	2010							
	31-12-2009			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2010		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis								
Imóveis								
Despesas em edifícios arrendado:	172	(170)	2	-	-	172	(170)	2
	<u>172</u>	<u>(170)</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>172</u>	<u>(170)</u>	<u>2</u>
Equipamento								
Mobiliário e material	139	(131)	8	2	-	141	(131)	10
Máquinas e ferramentas	37	(36)	1	-	-	37	(36)	1
Equipamento informático	501	(500)	1	119	(21)	620	(521)	99
Instalações interiores	347	(320)	27	-	(4)	347	(324)	23
Material de transporte	10	(6)	4	-	(1)	10	(7)	3
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	3	(3)	-	1	-	4	(3)	1
	<u>1.048</u>	<u>(1.007)</u>	<u>41</u>	<u>122</u>	<u>(26)</u>	<u>1.170</u>	<u>(1.033)</u>	<u>137</u>
Outros activos fixos tangíveis								
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	126	(126)	-
Total Activos tangíveis	<u>1.346</u>	<u>(1.303)</u>	<u>43</u>	<u>122</u>	<u>(26)</u>	<u>1.468</u>	<u>(1.329)</u>	<u>139</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2011							
	31-12-2010			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2011		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	34	(18)	16	-	(9)	34	(27)	7
Total Activos intangíveis	34	(18)	16	-	(9)	34	(27)	7

	2010							
	31-12-2009			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2010		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	27	(7)	20	7	(11)	34	(18)	16
Total Activos intangíveis	27	(7)	20	7	(11)	34	(18)	16

9. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2011							
	Participação Efectiva	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de Balanço
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	5	-	-	-	-	-	5
		5	-	-	-	-	-	5

	31 de Dezembro de 2010							
	Participação Efectiva	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de Balanço
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	5	-	-	-	-	-	5
		5	-	-	-	-	-	5

Esta rubrica corresponde integralmente ao custo de aquisição da participação de 5% no capital social do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE (BPN ACE) no montante de 5 mEuros.

Esta participação encontra-se registada ao custo de aquisição, uma vez que apesar de no âmbito da aquisição da Sociedade pela Patris Investimentos, SGPS, S.A., a Fincor ter notificado

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

formalmente o Grupo BPN da saída do BPN ACE em Dezembro de 2009, está em curso o acerto de valores entre a Sociedade e o Grupo BPN relativos a este processo.

10. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	27	77
	<u>27</u>	<u>77</u>
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	(18)	(13)
	<u>(18)</u>	<u>(13)</u>
Activos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	111	-
Relativos a Prejuízos Fiscais	65	-
	<u>176</u>	<u>-</u>
Passivos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	(1)	(1)
	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	<u>Saldo em 31-12-2009</u>	<u>Varição em Resultados</u>	<u>Saldo em 31-12-2010</u>	<u>Varição em Resultados</u>	<u>Saldo em 31-12-2011</u>
Relativos a prejuízos fiscais reportáveis	121	(121)	-	65	65
Relativos a diferenças temporárias	(1)	-	(1)	111	111
	<u>120</u>	<u>(121)</u>	<u>(1)</u>	<u>176</u>	<u>176</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

AK
P. L.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto no exercício de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como se segue:

	<u>2011</u>
Resultado Antes de Impostos	(839)
Escalão 1 (taxa 14,0%)	0
Escalão 2 (taxa 26,5%)	0
Taxa Nominal de Imposto	<u>0%</u>
	<u>0</u>
Prejuízos fiscais apurados	66
Provisões e ajustamentos acima dos limites legais	110
Amortizações não aceites como gasto	0
Ajustamentos à Colecta	<u>(18)</u>
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	<u>158</u>
Taxa Efectiva de Imposto	<u>(19%)</u>
Imposto Corrente	(18)
Imposto Diferido do Exercício	<u>176</u>
	<u>158</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 a Sociedade gerou lucro tributável, tendo utilizado na íntegra os prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2009. Em 2011, os impostos diferidos activos correspondem a impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2011, a provisões constituídas acima dos limites legais e amortizações não aceites fiscalmente em 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Operações de bolsa por regularizar	10.085	13.109
Devedores diversos	153	1.184
Valores vencidos	791	144
Receitas com rendimento diferido	19	-
Despesas com custo diferido	38	30
	<u>11.087</u>	<u>14.467</u>
Provisões para valores vencidos (Nota 12)	(791)	(144)
	<u>(791)</u>	<u>(144)</u>
	<u>10.296</u>	<u>14.323</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os valores vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	2011	2010
Mais de um ano e menos de três anos	734	-
Mais de três anos	57	144
	<u>791</u>	<u>144</u>

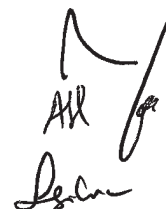
12. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	31-12-2010	Dotações	Anulações e Reposições	Utilizações	Transferências NCA's	Diferenças cambiais	31-12-2011
Provisões para devedores							
Valores vencidos	144	734	(87)	-	-	-	791
	<u>144</u>	<u>734</u>	<u>(87)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>791</u>
Outras Provisões							
Para processos laborais	30	-	(30)	-	-	-	-
Para processos judiciais		50					50
	<u>30</u>	<u>50</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50</u>
	<u>174</u>	<u>784</u>	<u>(117)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>841</u>

O valor da provisão constituída para créditos de cobrança duvidosa respeita à Nota de Débito emitida pela Fincor ao BPN Serviço ACE e que corresponde ao valor das remunerações pagas pela Sociedade aos seus colaboradores que se encontravam cedidos ao BPN Serviços ACE. Dado que o montante em causa ainda não foi liquidado a Sociedade constituiu uma provisão para o

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)



montante vencido, de acordo com a carta de aprovação do Banco de Portugal datada de 9 de Junho de 2011. Foi realizada a compensação de parte desta nota de débito com o montante de 373 mEuros, contabilizado como credores diversos, no exercício findo em 31 Dezembro de 2010, relativos à facturação emitida pelo BPN Serviços ACE.

As provisões para processos judiciais constituídas em 2011 dizem respeito a processos de contra-ordenação interpostos pela CMVM e para os quais é estimado o pagamento no montante provisionado. Além dos referidos anteriormente, encontram-se também em curso outros processos judiciais para os quais, contudo, a probabilidade de haver lugar a um pagamento é reduzida e por isso não foi constituída provisão.

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Operações de bolsa a regularizar	10.102	13.106
Credores diversos	666	1.169
Outros encargos a pagar	163	155
	<u>10.931</u>	<u>14.430</u>

14. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL:

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital da Fincor ascendia a 1.724 mEuros, sendo detido integralmente pelo seguinte accionista:

	% de Participação	Montante
Patris Investimentos, SGPS, S.A.	100%	1.724

Em Junho de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital da Sociedade mediante a conversão de prestações acessórias de capital realizadas pela accionista única, no montante de 424 mEuros.

15. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Reservas de reavaliação	(7)	-
Outras reservas e resultados transitados	(813)	(1.115)
Resultado líquido do exercício	<u>(681)</u>	<u>300</u>
	<u>(1.501)</u>	<u>(815)</u>

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação constituídas são resultado da valorização da carteira de títulos ao justo valor efectuada no âmbito da aplicação das NCA's.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

16. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

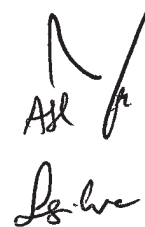
	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósitos e Guarda de valores	1.197	1.638
	<u>1.197</u>	<u>1.638</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de "Depósito de guarda de valores" diz respeito aos títulos e disponibilidades de clientes para os quais a Fincor, para além das funções de intermediação financeira, assegura a custódia de valores.

17. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Activos financeiros detidos para venda	-	1
	<u>-</u>	<u>1</u>



18. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Juros de credores e outros recursos	5	-
	<u>5</u>	<u>-</u>

19. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por conta de terceiros sobre títulos	2.738	1.660
Outras comissões recebidas	9	2
	<u>2.747</u>	<u>1.662</u>
<u>Encargos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por terceiros	1.263	565
Outras comissões pagas	-	181
	<u>1.263</u>	<u>746</u>

As lojas da Fincor actuam como receptoras de ordens para a Sociedade.

Os principais aspectos a destacar na relação entre as lojas Fincor e a Sociedade são os seguintes:

- A Sociedade assegura entre, outros aspectos, os serviços de apoio à negociação, nomeadamente a execução de ordens, linhas de comunicação e de rede; e
- As lojas Fincor pagam comissões de corretagem de acordo com a natureza das ordens transmitidas. Ao abrigo dos contratos celebrados existe exclusividade contratual de canalização de ordens com a Fincor.

Em 2011 e 2010, a Sociedade suportou custos ao abrigo dos contratos celebrados com as lojas Fincor nos montantes de 314 mEuros e 557 mEuros, respectivamente.



20. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros detidos para negociação:			
Instrumentos de derivados	-	(1)	(1)
	-	(1)	(1)
Total de activos e passivos avaliados ao justo valor	-	(1)	(1)

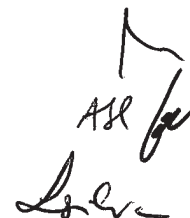
21. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	59	870
	59	870
Outros encargos de exploração		
Outros encargos e gastos operacionais	(210)	(21)
	(210)	(21)
Outros Resultados de exploração	(151)	849

Em 2011, estão incluídos, na rubrica de “Outros encargos e gastos operacionais”, encargos no montante de 65 mEuros referentes a regularizações de saldos de exercícios anteriores. A rubrica de “Outros ganhos e rendimentos operacionais” inclui 39 mEuros relativos a regularizações de saldos de exercícios anteriores.

Em 2010, a rubrica “Outros rendimentos de exploração” inclui 870 mEuros relativos a cedências de pessoal em regime de exclusividade ao Grupo BPN no período compreendido entre Dezembro 2005 e Novembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2010, os valores a receber relativamente a esta matéria ascenderam a 1107 mEuros. Conforme referido anteriormente, a Fincor notificou formalmente o Grupo BPN da sua saída do BPN ACE em Dezembro de 2009, estando em curso o acerto de valores entre a Sociedade e o Grupo BPN, incluindo importâncias relacionadas com a cedências de pessoal.



22. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Salários e vencimentos		
Orgão de direcção e fiscalização	49	-
Empregados	<u>226</u>	<u>283</u>
	<u>275</u>	<u>283</u>
Encargos sociais obrigatórios	61	68
Outros custos com pessoal	<u>11</u>	<u>9</u>
	<u>347</u>	<u>360</u>

Em 2011, o Conselho de Administração não foi remunerado e o saldo da rubrica “Órgãos de direcção e fiscalização” respeita apenas aos vencimentos pagos aos órgãos de direcção.

O efectivo médio anual de empregados ao serviço da Sociedade durante o ano de 2011 e do ano de 2010, distribuídos pelas grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Funções de direcção	1	-
Funções técnicas e específicas	6	9
Funções administrativas	<u>3</u>	<u>2</u>
	<u>10</u>	<u>11</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Comunicações	229	300
Honorários e avenças	164	25
Rendas e alugueres	131	121
Deslocações, estadas e representação	95	46
Conservação	61	7
Fornecimentos	14	10
Publicidade e edição de publicações	5	4
Seguros	2	2
Outros serviços de terceiros		
Serviços especializados	303	319
Informática	50	78
Encargos com formação	1	-
Outros	28	21
	<u>1.083</u>	<u>933</u>

Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas Oliveira Reis e Associados, SROC Lda., em funções no exercício findo a 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 17,4 mEuros, dos quais:

- Revisão legal das contas: 8,4 mEuros
- Outros serviços de serviços de garantia de fiabilidade: 9 mEuros

Adicionalmente, os honorários do Revisor Oficial de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., que cessou as suas funções como tal a 31 de Dezembro de 2010, relativos à revisão legal de contas do período findo à data referida, ascenderam em 2011 a 21,525 mEuros.

24. IMPOSTOS:

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Impostos sobre os lucros		
Correntes (Nota 10)	(18)	(14)
Diferidos (Nota 10)	176	(119)
	<u>158</u>	<u>(133)</u>



25. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes elementos:

- Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho – Presidente
- Carla Andreia Duarte Silva – Vogal
- Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho – Vogal

Em 31 de Dezembro de 2011, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
BPN Serviços, ACE (Nota 10)	5	5
Outros Activos		
Patris Investimentos, SGPS, S.A.	-	6
Outros Passivos		
BPN Serviços, ACE	-	373
Patris Seguros - Corretores e Consultores de Seguros, S.A.	-	187
Imopatris - Fundo Especial de Investimento	2	-
Gastos Gerais Administrativos		
Patris Seguros - Corretores e Consultores de Seguros, S.A.	-	187

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)



A 31 de Dezembro, o grupo económico no qual a Fincor está integrada era composto pelas seguintes entidades:

- Patris Investimentos, SGPS, S.A.
- Aero Topográfica, Lda
- Companhia das Águas Medicinais da Felgueira, S.A.
- Nova Companhia do Grande Hotel das Caldas da Felgueira, S.A.
- Patris Capital – Sociedade de Capita de Risco, S.A.
- Patris Seguros – Corretores e Consultores de Seguros, S.A.
- DC - Mediação de Seguros, S.A.
- Patris Serviços Financeiros, Lda
- OCEANUS - SGFTC, S.A.
- Geovita - Energia da Terra, Lda
- Patris Capital Partners - FCR
- SPATER - SPA'S E Termas de Portugal, S.A.
- AERO TOPOGRÁFICA II, S.A.
- INDUMAPE - Industrialização de Fruta, S.A.
- IMOPATRIS - FEII
- CENTRO VENTURE - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.

26. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	Total
Activo			
Activos Financeiros disponíveis para venda	15	-	15
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo	-	5	5

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor de activos financeiros valorizados ao justo valor apresentava o seguinte detalhe:

	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	Total
Activo			
Activos Financeiros disponíveis para venda	20	-	20
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo	-	5	5

26. GESTÃO DE RISCOS:

A função de Gestão de riscos não é desempenhada de forma independente, uma vez que dada a sua dimensão e número de colaboradores, é aplicável à Fincor, o previsto nº 5 do artigo nº16 do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal. Apresentamos uma breve descrição dos controlos existentes para garantir a eficácia do sistema de gestão de riscos.

26.1 Risco de Crédito

Na Fincor o risco de crédito é reduzido, atendendo a que a legislação específica para este tipo de sociedades, não permite a concessão de crédito. No entanto também existe risco de crédito para todos os saldos devedores, nomeadamente os saldos de disponibilidades existentes em instituições de crédito. A Sociedade definiu como estratégia para mitigar esses riscos, escolher sempre instituições com credibilidade, e um controlo rigoroso que a Área de Back Office faz das reconciliações bancárias. São também efectuadas análises a todos os outros saldos devedores e respectiva evolução pela Área de Contabilidade para neutralizar qualquer eventual risco.

26.2 Risco de Mercado

O risco de mercado da Sociedade, derivado da evolução dos mercados de capitais, só tem reflexos na cobrança das comissões de corretagem, já que a Sociedade apenas detém em carteira Obrigações do Tesouro, a que é obrigada, no estrito cumprimento do Sistema de Indemnização aos Investidores, situação em que o risco é no entanto mínimo. Mesmo a evolução dos mercados pode ter impactos imprevisíveis na cobrança das comissões, já que mesmo em situações em que o risco de mercado para os investidores seja elevado, poderão existir impactos positivos em termos de volume de corretagens.

26.3. Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro, face à actividade desenvolvida pela Sociedade, não é materialmente relevante já que tem impacto apenas em algumas aplicações financeiras da Sociedade (Obrigações do Tesouro existentes devido ao Sistema de Indemnização aos Investidores).

26.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Sociedade é controlado quer através de análise diária da tesouraria, quer através das reconciliações bancárias, as quais são efectuadas diariamente, garantindo que não

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

surgem quaisquer problemas. Atendendo ao objecto social da Sociedade e as imposições legais em matéria de requisitos mínimos de fundos próprios, não existem situações de falta de liquidez.

26.5 Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é relativamente reduzido. Existem contas de disponibilidades expressas em várias moedas para cobrança de comissões nos mercados desses países, as quais são devidamente reconciliadas. Os seus montantes são convertidos com regularidade para euros para evitar o risco de taxa de câmbio. Os pagamentos de taxas de bolsa nos mercados referidos são também efectuados através das mesmas contas. Os montantes expressos nessas moedas são por isso sempre reduzidos, para mitigar o risco taxa de câmbio.

Luís Filipe

Luís Filipe Costa

Paulo M. A.

Carde Andreu M. Costa



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de *FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de balanço de 11.223.790 euros e um total de capital próprio de 223.052 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 681.255 euros), as Demonstrações dos resultados do exercício, das alterações do capital próprio, dos fluxos de caixa e do rendimento integral do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, as quais exigem que o mesmo seja realizado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

SEDE | HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 123
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de *FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, em 31 de dezembro de 2011 e o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.



ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 9.1 Por não nos encontrarmos em funções no decurso do exercício de 2010, a nossa opinião não se pronuncia sobre os saldos finais do exercício anterior; o Revisor em funções emitiu em 16 de Maio de 2011 uma opinião com uma reserva cuja evolução damos nota no ponto seguinte e uma ênfase, que perdeu oportunidade;
- 9.2 Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Outros ativos" incluía o montante de 1.107.034 euros relativo a valores a receber do Grupo Banco Português de Negócios, S.A. (BPN) no âmbito da cedência de colaboradores em regime de exclusividade a esta instituição bancária, no período compreendido entre dezembro de 2005 e novembro de 2009. Adicionalmente a rubrica "Credores diversos" incluía, à mesma data, o montante de 373.289 euros relativo a valores a liquidar pela Sociedade relativamente aos serviços prestados por uma entidade do Grupo BPN. Conforme detalhado no Anexo, durante o exercício de 2011, a Sociedade procedeu à compensação do saldo contabilizado como "Credores diversos" com um parcial de igual montante do saldo registado como "Outros ativos". Relativamente ao diferencial, no montante de 733.744 euros, procedeu-se à constituição de uma provisão. Os movimentos contabilísticos efetuados foram discutidos e objeto de aprovação da parte do Banco de Portugal;
- 9.3 A relação entre o capital social e o capital próprio indicia a aplicabilidade do art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que cabe aos senhores acionistas em Assembleia Geral tomarem as medidas tendentes à sua resolução. As contas apresentadas foram elaboradas com base no princípio da continuidade.

Lisboa, 14 de março de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Associados,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar-vos o Relatório da nossa atividade e o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas de *FINCOR SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Contém o Relatório de Gestão exposição detalhada, fiel e clara da evolução dos negócios e da situação atual da Sociedade, abordando a evolução previsível.

Acompanhámos a atividade social do período, desde o início das nossas funções, essencialmente através da informação contabilística; foram-nos prontamente apresentados os esclarecimentos e as provas solicitadas, tendo recebido o melhor apoio para o desempenho das nossas funções, quer da Administração, quer dos Serviços, pelo que aqui expressamos os nossos agradecimentos. Do exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexactidões que devamos levar ao vosso conhecimento.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas desenvolvemos os procedimentos que considerámos adequados e emitimos Relatório anual, bem como **Certificação Legal das Contas**, a qual deve ser entendida como complemento deste Relatório.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, considerando as nossas conclusões constantes da referida "Certificação Legal das Contas", que envolvem, na medida aí referida, a nossa apreciação dos princípios, políticas e critérios adotados e da conformidade do sistema contabilístico com os preceitos legais e exprimem a nossa opinião de que esses documentos apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e os resultados das suas operações no exercício e atendendo a que o Relatório de Gestão contém a proposta de aplicação de resultados,

 1/2

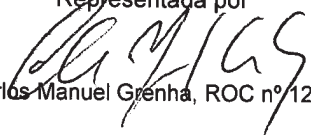


somos de parecer que:

- merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras;
- merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 14 de março de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266